

Rafael Lima

Obras emergenciais de Ricardo Nunes: um remendo caro e ineficiente para São Paulo

Diante do caos dos apagões e enchentes em São Paulo, a resposta dos governos tem seguido um roteiro previsível – e equivocado. Corre-se para anunciar obras emergenciais: mutirões para retirar árvores caídas, troca às pressas de postes quebrados, reconstrução apressada de pontes ou viadutos danificados, instalação de geradores temporários aqui e ali. Sem dúvida, ações emergenciais são necessárias para reestabelecer serviços e dar socorro imediato à população. O problema é quando tudo se resume a isso – e a prevenção fica sempre para depois.

Os sucessivos governos parecem insistir em gastar fortunas nesse tipo de resposta reativa, em vez de canalizar recursos para investimentos estruturais de longo prazo. Cada árvore não podada que cai custa caro: derruba a rede, deixa milhares sem luz, mo-

biliza bombeiros, defesa civil, equipes da concessionária e da prefeitura, prejudica o comércio e o trânsito. O custo acumulado desses danos e reparos de emergência, ano após ano, é astronômico – muito maior do que seria investir proativamente em soluções definitivas. Por exemplo, enterrar cabos ou modernizar a rede elétrica demanda grande investimento inicial, mas traz economia e confiabilidade no longo prazo, evitando apagões e despesas emergenciais recorrentes. Da mesma forma, manter um programa constante de poda preventiva de árvores e manejo da arborização urbana evita despesas gigantescas com remoção em massa de troncos caídos e reparos de urgência na rede elétrica.

É uma questão de visão e prioridade. Enxergar apenas a curto prazo leva ao ciclo vicioso do remendo: conser-

ta-se hoje o que vai quebrar de novo amanhã. Enquanto isso, projetos de infraestrutura resiliente – que poderiam resolver ou pelo menos mitigar de vez o problema – ficam engavetados pela desculpa do “custo alto” ou pela falta de vontade política. Ora, alto custo mesmo é essa conta interminável das emergências sucessivas, sem falar no custo humano e econômico dos dias sem energia. Passou da hora dos governantes entenderem que prevenir sai mais barato (e eficiente) do que remediar.

Culpar a Enel é cortina de fumaça: a gestão municipal falha no básico

Em meio a apagões generalizados, é tentador buscar um culpado simples para a fúria da população. É compreensível que, no escuro e indignado, o cidadão mire na

concessionária de energia – e que o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, faça o mesmo, bradando contra a Enel. Nos últimos episódios, vimos Nunes apontar o dedo publicamente, chegando a chamar a empresa de “inimiga de São Paulo” e atribuindo a ela toda a responsabilidade pelas quedas de luz. Essa postura, porém, cheira a desculpa: uma forma de desviar a atenção do fato de que sua própria gestão peca no básico.

Antes de esbravejar contra a Enel, a prefeitura precisa olhar para as suas atribuições não cumpridas. A manutenção da arborização urbana é um exemplo gritante. A cidade tinha uma fila enorme de árvores para serem podadas – relatos indicam que dezenas de milhares de solicitações de poda estavam pendentes quando as tempestades vieram. Árvores mal cuidadas

significam risco certo para a rede elétrica aérea. De quem é a responsabilidade de cuidar das árvores nas ruas? Principalmente do poder público municipal. É dever da prefeitura zelar para que a vegetação não ofereça perigo à população nem aos fios de eletricidade, inclusive coordenando com a concessionária momentos seguros para realizar podas próximas à rede. Jogar a culpa apenas na empresa concessionária, enquanto galhos crescem descontroladamente sobre a fiação, é tapar o sol com a peneira.

Além das podas, a gestão municipal falha em planejamento urbano e modernização da infraestrutura. Os problemas das enchentes, por exemplo, são ampliados pela falta de drenagem adequada – e quando ruas viram rios, isso também afeta o sistema elétrico. Cabos subterrâneos

poderiam evitar apagões mesmo quando há alagamentos, mas a expansão dessa tecnologia depende de investimentos do poder público e alinhamento junto à concessionária. Culpabilizar a empresa sem reconhecer essas omissões da prefeitura é, no mínimo, conveniente. É política de baixa qualidade. Enquanto Ricardo Nunes bate boca e transfere responsabilidade, falta-lhe apresentar um plano concreto para atualizar a rede elétrica da cidade em parceria com a Enel, ou para exigir que a renovação da concessão venha atrelada, e viável em termos financeiros, a metas de melhorias estruturais (como mais quilômetros de fiação enterrada, programas de manutenção de árvores, etc.). Em suma, falta ao prefeito, o que cobramos dos nossos filhos nos comprimissos de escola, fazer o dever de casa.

O governo português vai distinguir com as insígnias de comendador da Ordem do Infante Dom Henrique os desembargadores Luiz Felipe Francisco e Fernando Cesar Ferreira Viana, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. A cerimônia acontece na quarta-feira, dia 12, no Consulado de Portugal, o Palácio São Clemente, em Botafogo, com as presenças do embaixador de Portugal no Brasil, Luís Faro Ramos, e a cônsul-geral no Rio de Janeiro, Gabriela Soares de Albergaria.

Com a homenagem, os magistrados passarão a fazer parte do pequeno grupo de brasileiros que possui a comenda. A Ordem do Infante D. Henrique foi criada em 1960, para comemorar o 5º Centenário da morte do infante, que ficou conhecido como o “Navegador” e impulsionou a navegação portuguesa. A comenda foi homologada pelo presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, em reconhecimento ao trabalho do Poder Judiciário fluminense no benefício a cultura portuguesa. Em 2017, quando exercia a função de juiz na 7ª Vara Empresarial, Fernando Cesar decidiu pela transferência de 18 mil obras acadêmicas, entre livros, mapas e cartas náuticas, algumas datadas do século XVII, para o Real Gabinete Português, no Centro do Rio, e que integravam a massa falida da antiga Universidade Gama Filho.

A decisão de Fernando Cesar manteve preservada a conhecida “Biblioteca Doutor Marcello Caetano”, que foi trazida pelo ex-mandatário de Portugal ao Rio de Janeiro e incorporada ao acervo acadêmico da universidade, onde ele foi professor de Direito. Com a falência da instituição, acabou trancada no prédio da Gama Filho, sem a necessária preservação.

Por ser um bem inalienável, impossível de se calcular o valor material e de interesse público, o juiz atendeu pedido do Consulado-Geral de Portugal, interessado na guarda do acervo acadêmico nas instalações do Real Gabinete Português, onde está disponível para a consulta e pesquisas.

Acervo acadêmico

O presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa veio de

Governo português distingue com comendas magistrados do TJRJ

Cerimônia será no Consulado de Portugal, com as presenças do embaixador de Portugal no Brasil e a cônsul-geral no Rio de Janeiro



Divulgação

“Nós fizemos todo um trabalho jurídico para a transferência do acervo acadêmico ao Real Gabinete Português”

Fernando Cesar, Desembargador

O desembargador do TJRJ, Fernando Cesar Ferreira Viana, será homenageado com a insígnia de comendador da Ordem do Infante Dom Henrique

O desembargador Luiz Felipe Francisco fará parte do seleto grupo de brasileiros que possui a comenda, criada em 1960



Divulgação

Portugal, com outros membros da sua administração, para a solenidade de assinatura do termo de transferência da biblioteca ao Real Gabinete Português.

– Nós fizemos todo um trabalho jurídico para a transferência do acervo acadêmico ao Real Gabinete Português, que é uma instituição histórica instalada no Centro do Rio. Na ocasião, o presidente de Portugal destacou em mensagem de agradecimento dirigida ao Poder Judiciário fluminense, que o acervo se constituía em um patrimônio cultural à disposição de consultas dos estudiosos e das “humanidades em geral” – disse o desembargador Fernando Cesar.

O desembargador Luiz Felipe Francisco foi importante para a realização do ato de transferência, pelos seus contatos na comunidade luso-brasileira. O desembargador Fernando Cesar se mostrou emocionado com a homenagem.

– Fico lisonjeado e surpreso em receber a comenda. O meu trabalho como magistrado não é feito com o objetivo de recompensa. O trabalho do julgador e suas decisões é uma expressão do judiciário fluminense – finalizou o desembargador.